

Os Investimentos Públicos em Áreas Verdes e a Produção do Espaço Urbano em Campos dos Goytacazes/RJ

Filipe Garcia Teixeira¹

Marco Antônio Sampaio Malagoli²

GT 3: Sociedade, Ambiente e Dinâmicas Urbano-Regionais

Resumo

A presença de áreas verdes no espaço urbano é um fator que vem contribuindo para a valorização do solo em algumas cidades brasileiras. A partir dos discursos da qualidade ambiental e da sustentabilidade, a “natureza” é evidenciada e seus atributos são colocados como indicadores irrefutáveis para a melhora da qualidade de vida. O objetivo desse trabalho é analisar os investimentos públicos em áreas verdes no município de Campos dos Goytacazes/ RJ, assim como identificar a presença desses espaços na malha urbana no distrito sede do referido município. Para a estruturação metodológica da pesquisa, além da bibliografia especializada no tema, realizou-se pesquisa documental no Diário Oficial do município, entrevistas semi-estruturadas com gestores municipais, e levantamento de dados em trabalho de campo. Entre os resultados podemos constatar a escassez de áreas verdes em Campos e que a maioria dessas áreas se localiza nos bairros de maior renda, o que favorece a população de alto *status* socioeconômico. Foi constatado também que o poder público não vem priorizando a criação desses espaços frente às novas dinâmicas socioeconômicas, pois estas se encontram insuficientes na cidade.

Palavras-chave: Áreas Verdes; Investimentos Públicos; Segregação Socioespacial.

¹Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Graduado em Geografia e mestre em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas- UFF. Professor do Instituto Federal Fluminense. fgarcia.rox@gmail.com.

²Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, professor do curso de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas- UFF. Doutor em Psicologia Social- USP. marcomalagodi@id.uff.br.

Introdução

O presente trabalho parte da problematização a respeito da localização das áreas verdes públicas urbanas na cidade de Campos dos Goytacazes/ RJ e em que medida o poder público atua na criação e conservação desses espaços. Assim, para a estruturação metodológica da pesquisa, além da bibliografia especializada no tema, realizou-se pesquisa documental no Diário Oficial do município, trabalho de campo e entrevistas semi-estruturadas com gestores municipais.

Para a construção do escopo teórico, buscamos diversas fontes bibliográficas que trazem à lume o processo de valorização do solo urbano tendo como pano de fundo o discurso ambiental e a implementação de elementos na cidade que exaltam a natureza como parques, praças e jardins.

Alguns autores como Serpa (2013), Henrique (2009) e Gomes (2009), evidenciam que a constituição de áreas verdes nas cidades contemporâneas pautadas no discurso da sustentabilidade urbana e da qualidade de vida, se torna um instrumento que leva à especulação imobiliária, colaborando para a valorização de determinados bairros, principalmente aqueles ocupados pela população de alta renda. Assim, buscamos trazer essas reflexões teóricas para a realidade do município de Campos, identificando e analisando em que medida os investimentos públicos em áreas verdes vem se materializando no espaço urbano local frente às novas dinâmicas socioeconômicas.

O município em questão vem passando por significativas transformações no seu espaço urbano, principalmente com a chegada do Porto do Açú e também pela dinamização da economia do petróleo. Esses dois fatores provocaram significativas transformações sócio-espaciais às quais levaram a uma crescente dinamização do mercado imobiliário. Dentre as principais transformações no espaço urbano destacamos: o aumento da verticalização urbana, principalmente em áreas mais valorizadas e o aumento de condomínios horizontais fechados de alto padrão nas áreas de expansão urbana.

Nesse sentido, na primeira parte do artigo discutiremos a cidade e a natureza no contexto capitalista neoliberal e a mercantilização do espaço urbano. Na segunda parte abordaremos as transformações recentes no município de Campos. Já na

terceira parte apresentaremos as áreas verdes selecionadas assim como os investimentos públicos realizados ao longo do período 2009-2018.

1. A natureza e a cidade no contexto capitalista neoliberal

No contexto urbano os agentes capitalistas se aproveitam da valorização simbólica da natureza e incorporam nos seus discursos e práticas, a promoção de tecnologias verdes que se enquadram dentro dos pré-supostos do conceito da “sustentabilidade”. Nesse sentido, Acselrad (2009) aponta que o discurso da cidade sustentável está intimamente ligado à reprodução do capital. À medida em que a cidade incorpora os valores sustentáveis, ela se torna atrativa para o capital, conseqüentemente para os investimentos imobiliários. Torna-se sustentável para vendê-la. Assim surge o pensamento único urbano: exige que as cidades se ajustem aos propósitos tidos por inelutáveis da globalização financeira (ACSELRAD, 2009).

Para Gomes (2017) a questão da sustentabilidade proposta sem criticidade e guiada por pressupostos econômicos, adquire uma conotação que não permanece circunscrita ao campo ambiental, pois se adere aos propósitos socioeconômicos globais. Nessa perspectiva a sustentabilidade apresenta-se totalmente alinhada com as propostas e visão de mundo dos agentes econômicos que foram responsáveis por sua concepção.

Nesse sentido, Gomes (2017) afirma que a “sustentabilidade” vem sendo concebida por agentes públicos e privados e se materializa em ações como “disponibilização de áreas permeáveis, ampliação das áreas verdes e efetivo arbóreo, utilização de materiais biodegradáveis, coleta seletiva, etc.” (GOMES, 2017, p. 14). Tais práticas embora se constituam como elementos relevantes para o planejamento e gestão urbanos, acabam não alterando a questão da lógica da produção do espaço pautada na materialidade capitalista e ampliação da segregação social. Assim o autor infere que o discurso da sustentabilidade urbana mascara os verdadeiros interesses de certos agentes do capitalismo que estão pautados na competitividade interurbana e na projeção de gestões públicas.

Swyngedouw (2017), na mesma perspectiva de Gomes (2017) afirma que a questão da sustentabilidade tem sido “neoliberalizada” e se fundido com as ideias da

modernização ecológica, que busca defender os benefícios econômicos da redução da poluição ambiental e propõe uma utilização ecologicamente racional das operações administrativas dos recursos. Assim, esse marco da sustentabilidade tem dado enfoque para questões mercadológicas e tecnocráticas que buscam tornar o capitalismo “mais verde”, ignorando quase que na sua totalidade os problemas inerentes à sociedade capitalista como a ausência de justiça social, e a intensificação das questões de inclusão e exclusão que perpassa pelos ambientes urbanos (SWYNGEDOUW, 2017). Assim esse autor constata que:

“Por uma parte, os discursos e práticas técnico-organizacionais que inspiram e dão forma às políticas da sustentabilidade circulam em torno a uma noção particular da Natureza e de como a Natureza deve ser gerida, entanto que esvaziam o terreno da intermediação de políticas públicas dos argumentos políticos democráticos que não são consensuais com a visão hegemônica. Como tal, o indicador de ‘sustentabilidade’ adota uma postura despolitizada que reforça ainda mais a consolidação de marcos e configurações pós-políticas” (SWYNGEDOUW, 2017, p. 72)

Para Harvey (2005) as cidades estariam vivenciando no contexto atual um modelo de gestão empresarial. Até a década de 1970, prevalecia a administração para o planejamento urbano, posteriormente passou a prevalecer o modelo da lógica empreendedora. Os lugares nesse sentido passaram a ganhar mais evidência. Rompe-se com a ideia do desenvolvimento territorial e regional. O empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o desenvolvimento e o investimento econômico por meio da construção especulativa do lugar (HARVEY, 2005). Reforça ainda que dificilmente na atualidade, desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local ofereça como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência.

Essa nova configuração tiraria mais a responsabilidade das empresas sobre o investimento em empreendimentos. A cidade receberia os investimentos e o poder local assumiria os riscos. Para Harvey (2005) os investimentos para atrair dólares cresceram rapidamente e priorizam nesse sentido os espaços ocupados pela população de alta renda que ganham em qualidade de vida.

Acselrad (2009) aponta que para as áreas empobrecidas da cidade estariam destinados os agravos. Assim, a periferia estaria exposta aos mais diversos tipos de desastres arcando com o ônus do progresso da civilização capitalista. O mesmo

autor ainda afirma que os espaços deteriorados da cidade se comportariam como zonas de sacrifício, sujeitas ao recebimento de poluição e dejetos urbanos, o que fatalmente causa a deterioração da qualidade de vida dos habitantes que aí residem.

A definição da “natureza na cidade”, que carrega um sentido ideológico, implica assim a exclusão das classes economicamente inferiores do acesso à vida com a “natureza”. Para os autores estudados as classes subalternas não teriam direito à natureza na cidade, principalmente nos espaços enclausurados. Legitima-se no mundo das ideias e do mercado a dominação ou manutenção de privilégios. Enquanto as classes dominantes vivem com a “natureza” artificializada e controlada em seus jardins, nos bairros dos excluídos observa-se a “natureza” relegada ao abandono ou, em muitos lugares, a total falta de qualquer “natureza” (HENRIQUE, 2009).

2. A economia e a transformação do espaço urbano em Campos dos Goytacazes/ RJ

A região norte fluminense, onde o município de Campos está situado, teve sua economia assentada na produção sucroalcooleira durante muitas décadas, a qual tinha grande peso na economia local. Porém, desde o final dos anos 80 esse setor sofreu forte estagnação, o que gerou grande desemprego no município de Campos que já chegou a ser o segundo maior produtor de cana do país (CRUZ, 2007). Essa forte decadência do setor agrícola foi compensada posteriormente pela renda advinda da exploração do petróleo. Embora o município de Campos não obtenha renda proveniente dos capitais fixos, na medida em que estes se concentram em sua maioria na faixa litorânea entre Maricá e Macaé, ele obtém renda advinda com os repasses dos royalties (CRUZ, 2007). Dessa forma, criou-se uma dependência rentista que ainda perdura até hoje.

Gomes (2015) aponta que o município de Campos, por estar inserido em uma das mais importantes bacias petrolíferas do país, vem apresentando forte dinamização econômica. Esse crescimento econômico teve um aumento mais acentuado a partir de meados dos anos 2000 e acabou atraindo a vinda de vários

empreendimentos imobiliários e incorporadoras, que juntos com o poder público, passaram a orquestrar o crescimento do espaço urbano campista (ZACCHI, 2012).

No que tange ao espaço urbano campista, o Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú (CLIPA), também vem causando significativas transformações, principalmente no setor imobiliário, que ganhou ainda mais fôlego. Os empreendimentos imobiliários lançados no município são direcionados para diversos perfis socioeconômicos. Porém, os que mais se destacam são os apartamentos de elevado padrão, e também as casas em condomínios fechados (GOMES, 2015).

Durante o período mencionado também pode-se observar em Campos a chegada de grandes empresas do ramo atacadista, grandes redes de supermercado como o *Walmart*, lojas de varejo como as Lojas Americanas, Marisa e redes de *fast foods*. Além disso, houve a inauguração do maior *shopping* da cidade (*Boulevard Shopping*) em 2011, que trouxe consigo várias franquias antes inexistentes no espaço urbano local. Para Sposito (2007) essas questões dizem respeito à concentração de capitais no território que acaba provocando a expansão territorial das empresas comerciais de grande porte, nacionais ou transnacionais. Assim a autora assinala que a compreensão dessas transformações transcende a escala regional, exigindo uma análise escalar mais ampla, considerando que:

“Estruturas urbanas organizadas por um centro principal e único são sobrepostas por lógicas espaciais mais complexas e decididas fora da escala de poder econômico e político local, em função de interesses comerciais e imobiliários que implantam shopping centers, que expandem redes de comércio de múltiplas filiais ou de franquias que associam atores econômicos locais a atores econômicos nacionais.” (SPOSITO, 2007, p. 242).

A autora ainda afirma que a expansão dessas redes nacionais e internacionais de supermercados e hipermercados se concentraram na comercialização de produtos de diferentes tipos e se estabeleceram por sistemas de franquia se expandindo territorialmente e fortalecendo os papéis que as cidades médias cumprem na região nas quais estão inseridas. Isso impactou de forma inexorável os papéis terciários das cidades pequenas e ao mesmo tempo se impôs como competitividade sobre os capitais locais e regionais (SPOSITO, 2007).

Além disso, o programa Morar Feliz da prefeitura teve um impacto significativo na dinâmica urbana do referido município. Esse programa tinha como intuito remover famílias que estavam em situação vulnerável residindo em moradias insalubres ou ocupando áreas ou regiões consideradas pelo poder público como “de risco” ou “áreas *non edificant*” e levadas para os conjuntos habitacionais. Na maioria das vezes esses conjuntos habitacionais se situavam em bairros distantes do centro e desprovidos de qualquer serviço público como hospitais, escolas, etc.

Mendes *et al.* (2014) destaca que os conjuntos habitacionais foram todos construídos no limite do sítio urbano e preferencialmente em áreas que não interessavam ao setor imobiliário. Além disso, cabe destacar que as casas eram de péssima qualidade e em pouco tempo de uso os moradores reclamavam de rachaduras e infiltrações. Segundo Falcão (2015) esses problemas estruturais aliados à ausência de serviços públicos nos conjuntos são os principais motivos que muitas vezes levam as pessoas alocadas nesse programa a abandonarem suas casas.

3. A seleção das áreas verdes

Existem diferentes abordagens e conceitos a respeito da presença de vegetação na cidade. Portanto é importante destacarmos nessa pesquisa algumas concepções dos principais autores que versam sobre áreas verdes e justificar nossa escolha metodológica ao optarmos por um desses conceitos. O ponto em comum observado entre as diferentes abordagens é de que a vegetação deve ser o eixo estruturante presente nas áreas livres. Assim, toda área verde é uma área livre, porém o contrário não acontece, pois nem toda área livre é vegetada.

Para Loboda e De Angelis (2005) a qualidade de vida urbana está intimamente ligada à diversos fatores como: infra-estrutura, desenvolvimento econômico-social, e também, àqueles ligados à questões ambientais. Assim os autores concluem que as áreas verdes públicas se constituiriam como elementos imprescindíveis para o bem estar da população, pois influenciaria na saúde física e mental da mesma. (LOBODA e DE ANGELIS, 2005).

Buccheri Filho e Nucci (2006), tecem as seguintes considerações a respeito do termo área verde:

“Áreas verdes: são um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação. Elas devem satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer. Vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; devem servir à população, propiciando um uso e condições para recreação. Canteiros, pequenos jardins de ornamentação, rotatórias e arborização não podem ser considerados áreas verdes, mas sim "verde de acompanhamento viário", que com as calçadas (sem separação total em relação aos veículos) pertencem à categoria de espaços construídos ou espaços de integração urbana” (BUCCHERI FILHO, NUCCI, 2006, p. 48).

Dessa forma, a partir da interpretação desse conceito, três pontos se tornam cruciais no que concerne à importância das áreas verdes para o espaço urbano: a função ecológica/ambiental, a funcionalidade estética e a função de lazer e recreação. Bartalini (1986) parte da mesma premissa afirmando que “as áreas verdes no meio urbano podem ser agrupadas em três conjuntos: o primeiro diz respeito aos valores visuais ou paisagísticos; o segundo aos valores recreativos e o terceiro aos valores ambientais” (BARTALINI, 1986, p. 49). Além disso, Buccheri Filho e Nucci (2006) contrapõe as concepções de Lima (1994) ao afirmarem que trechos de avenidas arborizadas, canteiros e rotatórias, não podem ser considerados áreas verdes.

Com base na proposta de Cavalheiro *et al.*(1999), Buccheri e Nucci (2006) elaboraram um organograma de classificação para identificar os espaços livres públicos urbanos que podem exercer funções de áreas verdes. Para chegarem nessa classificação os autores elaboraram cinco questionamentos listados a seguir:

- 1 – A vegetação é o elemento fundamental da composição?
- 2 – Cumpre funções: ecológicas, estéticas e de lazer?
- 3 – Área de 70% de cobertura Vegetal em solo permeável? (sem Laje)?
- 4 – Serve a população?
- 5 – Propicia condições para recreação?

Se a resposta for positiva para essas questões, é possível considerar os sistemas públicos de espaços livres como “áreas verdes”. Nesse sentido, nossa escolha metodológica para se definir as áreas verdes do município de Campos se baseou nos princípios adotados por Buccheri e Nucci (2006). Assim, dentro dos parâmetros propostos e do escopo teórico selecionado, identificamos as seguintes áreas verdes em Campos dos Goytacazes: Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu), Praça da República, Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito), Parque

Municipal Lagoa do Vigário, Horto Municipal, Praça dos Trovadores, e Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes. A seguir apresentamos as imagens desses espaços:



Figura 2 - Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu). Fonte: Dados do autor (2019)



Figura 3- Praça da República
Fonte: dados do autor (2019)



Figura 4: Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito). Fonte: dados do autor



Figura 5: Parque Municipal Lagoa do Vigário. Fonte: dados do autor (2019)



Figura 6: Horto Municipal.
Fonte: dados do autor (2019)



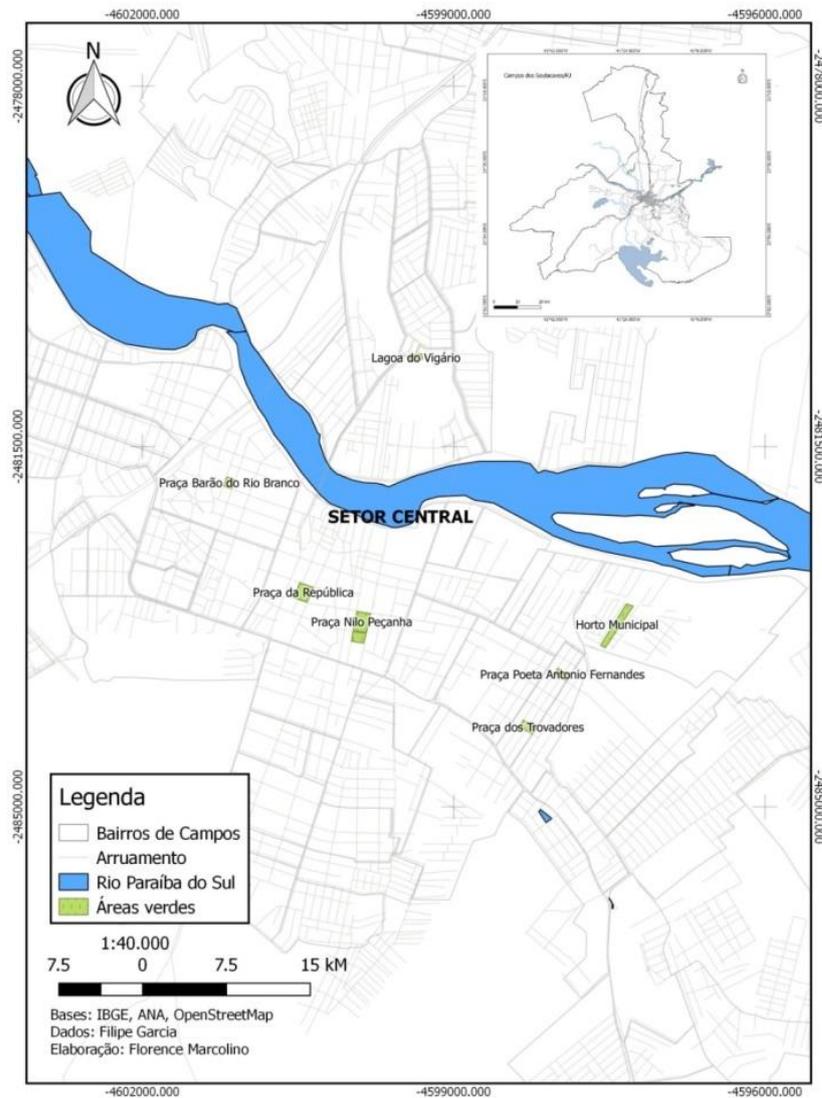
Figura 7: Praça dos Trovadores
Fonte: dados do autor (2019)



Figura 8: Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes
Fonte: dados do autor (2019)

Muitas praças presentes na cidade não foram consideradas áreas verdes nesse trabalho, ora por apresentarem diversidade e quantidades arbóreas insuficientes, ou ora por estarem muito impermeabilizadas, não contribuindo portanto para o conforto ambiental e para a manutenção da biodiversidade. Abaixo podemos observar o mapa da área urbana de Campos e as áreas verdes urbanas selecionadas.

Mapa de localização das áreas verdes estudadas em Campos/RJ



Mapa 1 – Mapa de localização das áreas verdes em Campos dos Goytacazes.
Dados: Filipe Garcia Teixeira. Elaboração: Florence Marcolino Barboza

A partir da análise do mapa 1 constata-se que as áreas verdes delimitadas correspondem a um espaço bem reduzido da malha urbana do município, o que reforça a percepção da escassez desses espaços. Percebe-se que na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul só existe uma área verde, o Parque Lagoa do Vigário.

3.1 Os investimentos públicos em áreas verdes e a problemática socioespacial

Para se investigar os investimentos públicos em áreas verdes foram coletados no Diário Oficial da prefeitura os dados referentes à esses gastos durante o período de 2010 a 2018. Com essa pesquisa objetivamos compreender a dinâmica da atuação do poder público no que tange à aplicação de ações voltadas para a criação e manutenção de áreas verdes.

A justificativa pela escolha do recorte temporal se baseou em três premissas: a primeira é que com a chegada do porto do Açú em 2007, o município passou por importantes transformações no espaço urbano, principalmente devido à chegada de grandes empreendimentos imobiliários. A segunda refere-se ao aumento expressivo dos royalties que a prefeitura passou a receber a partir de 2008, o que aumentou a arrecadação municipal e conseqüentemente influenciou nos gastos com obras públicas. O terceiro motivo tem a ver com o período em que o atual plano diretor esteve vigente (2008/2018). Assim é importante verificar em que medida as políticas públicas que estão na base normativa desse plano foram contempladas no município no período em análise.

A seguir apresentaremos uma tabela a respeito dos investimentos públicos em áreas verdes que foram obtidos a partir da consulta no Diário Oficial do município.

Tabela 1 – Os investimentos públicos nas áreas verdes entre 2010/2018

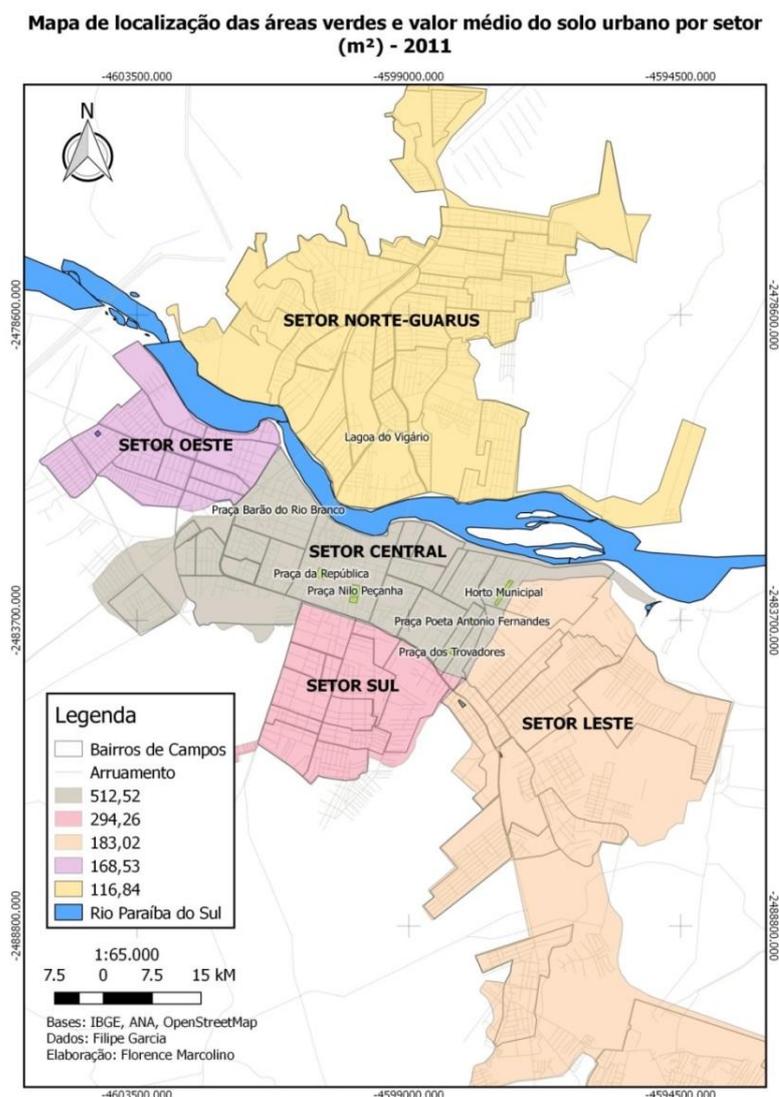
Áreas Verdes	Bairros	Valor Gasto (R\$)
Praça da República	Centro	42.347,55
Praça Nilo Peçanha	Centro	Não consta
Praça Barão do Rio Branco	Jardim Maria Queiroz	136.626,69
Horto Municipal	Horto	153.497,44
Praça dos Trovadores	Jardim Flamboyant	38.152
Praça Poeta Antônio Fernandes	Jardim Flamboyant	106.203,08
Parque Lagoa do Vigário	Parque Gonçalves Dias	Não consta
Total		406.826,76

Fonte: Diário Oficial do Município. Organizado pelo autor.

A partir dos dados acima verificamos que a área verde que recebeu mais investimento foi o Horto Municipal, seguido pela praça Barão do Rio Branco. É

interessante observar que quando selecionamos apenas o valor gasto em áreas verdes que foi de R\$ 406.826,76 e comparamos com o universo total de gastos incluindo todas as praças e espaços de lazer, que foi de R\$ 13.722.513,81, os gastos em áreas verdes equivalem a 2,96% do valor total. Isso mostra que o poder público não realizou, no período selecionado, a expansão ou mesmo a implementação de novas áreas verdes na cidade.

Como foi comprovado a partir da nossa análise utilizando um escopo teórico específico, o município de Campos possui poucas áreas verdes, sendo que a maioria delas se localiza no setor central. Apenas a o Parque lagoa do Vigário situa-se no setor norte, no Bairro Parque Gonçalves Dias. Quando comparamos as áreas verdes e os dados sócioespaciais temos a seguinte configuração:



Mapa 2. Mapa de localização das áreas verdes e valor médio do solo urbano por setor. Dados: Gomes (2015). Elaboração: Florence Marcolino Barboza.

Como podemos constatar no mapa 2, o setor central é responsável pelo maior valor do solo, e também, onde se concentra as áreas verdes. Esse setor apresenta os bairros de maior verticalização, como o Parque Avenida Pelinca e Parque Tamandaré. O Jardim Flamboyant também é um importante eixo de verticalização, e como podemos observar no mapa ele possui duas áreas verdes.

Tabela 2 – Áreas verdes e dados socioespaciais

Área Verde	Bairro	Renda domiciliar (R\$)	Setor	Valor do solo (R\$)
Praça dos trovadores/Poeta Fernando	Jardim Flamboyant	1.876,00	Central	417,67
Praça Nilo Peçanha	Centro	1.626,00	Central	395,25
Praça da República	Centro	1.626,00	Central	395,25
Praça Barão do Rio Branco	Jardim Maria Queiroz	2.219,00	Central	695,08
Horto Municipal	Horto	1.281,00	Central	515,52
Parque Lagoa do Vigário	Parque Gonçalves Dias	588,00	Norte	116,84

Fonte: IBGE, 2018; Gomes (2015). Organizado pelo autor

Como pode-se perceber na tabela 2, os valores do solo se apresentam bem maiores na área central do que no setor Norte, no bairro parque Gonçalves Dias (região de Guarus), onde se localiza o Parque Lagoa do Vigário. O bairro que possui maior valor do solo entre os que possuem área verde é o bairro Jardim Maria Queiroz seguido pelo Jardim Flamboyant. Também podemos observar que as áreas verdes se localizam predominantemente nos bairros que possuem maior renda mensal por domicílio. A exceção é o parque Lagoa do Vigário, que se localiza em um bairro de menor renda.

A tabela 3 mostra a população dos bairros que possuem áreas verdes.

Tabela 3- Bairros que possuem áreas verdes e suas respectivas populações

Bairros	População
Centro	10.071
Jardim Maria Queiroz	1.690
Horto	3.218
Flamboyant	1.506
Parque Guarus	3.761
Total:	20.246

Fonte: IBGE (2010). Organizado pelo autor.

Ao analisarmos os dados dessa tabela nos chama a atenção o fato de apenas uma pequena parcela da população campista ter espaços verdes em seus bairros. Assim a população urbana de campos que está próxima de 418.565 habitantes (IBGE, 2010), fica em sua maior parte desassistida no tocante à presença de áreas verdes.

Portanto pode-se afirmar a partir dos dados apresentados e analisados que as áreas verdes na cidade estão concentradas no setor central o que dificulta o acesso de grande parte da população. Aliado a isso, a precariedade do transporte público também é um fator que tende a agravar a situação. Também foi constatado que os bairros que as possuem são os que apresentam maior valor do solo e maior média de renda domiciliar. Também é possível afirmar que a cidade como um todo carece de áreas verdes de uso público, que são de grande importância no espaço urbano devido aos benefícios socioambientais que apresentam.

Ao longo das pesquisas constatamos que a prefeitura não publica diariamente em DO os valores gastos com a manutenção/conservação e limpeza das praças e áreas verdes. Porém, no dia 16 de Junho de 2016 a prefeitura emitiu uma nota no Diário Oficial onde consta a contratação de uma empresa para cuidar das áreas verdes urbanas. No contrato a prefeitura destacou que a manutenção se daria em “praças, parques, jardins e afins”. A empresa contratada foi a EMEC OBRAS E SERVIÇOS LTDA, que recebeu a vultuosa quantia de R\$ 11.450.000,00 (onze milhões quatrocentos e cinquenta mil reais). Tal valor equivale à quantia de quase 1 milhão de reais por mês. Esse foi o único gasto publicado referente à conservação desses espaços. Assim essa insuficiência de dados nos levou a entrevistar dois

gestores: o subsecretário de infraestrutura e mobilidade urbana e o superintendente de limpeza pública.

Em entrevista com o secretário de infraestrutura e mobilidade urbana foi questionado quem realiza o trabalho de manutenção e conservação das praças/áreas verdes. Ele informou que até 2016, quem realizava o serviço de limpeza e ornamentação das praças era a empresa EMEC (a empresa que recebeu 11 milhões). Segundo o subsecretário essa empresa era especializada em questões paisagísticas e tinha muito cuidado com a ornamentação e embelezamento de vários espaços ajardinados da cidade como canteiros centrais, trevos, rotatórias e praças. Porém ele destacou que com a diminuição da arrecadação dos royalties e a consequente crise orçamentária, o contrato com essa empresa foi desfeito e a empresa Vital, que atuava apenas na limpeza pública e coleta de lixo, passou a atuar também na conservação das praças e outros espaços ajardinados. Assim, consequentemente, essas áreas perderam em qualidade de embelezamento e ornamentação. Porém o subsecretário não soube informar o valor gasto pela EMEC em cada bairro para a manutenção das áreas. Ele também não soube informar a respeito dos contratos com a empresa Vital e como é realizada a limpeza das praças/áreas verdes.

Ao entrevistar o superintendente de limpeza pública ele destacou que o trabalho realizado pela empresa Vital inclui a poda de árvores, corte de grama e a própria limpeza. Segundo ele, o trabalho de limpeza (varrição e coleta de lixo) é feito com frequência em todas as praças da área central. Nas praças periféricas a limpeza é feita três vezes por semana, assim como a coleta de lixo nas residências. Porém segundo ele, a manutenção do gramado, a poda das árvores assim como o trabalho paisagístico é feito a cada dois meses

Questionado sobre esse longo intervalo de tempo ele destacou que a cidade possui muitas praças e que a empresa não possui funcionários suficientes para dar conta de fazer todo o trabalho com frequência. Ressaltou no entanto que quando as praças apresentam fortes sinais de deterioração, como mato muito alto e árvores ameaçando a rede elétrica ou a integridade dos usuários, a prefeitura encaminha uma equipe responsável para a execução desses serviços. Destacou que no

período quente e chuvoso esse trabalho é feito com mais frequência devido ao rápido crescimento do conjunto vegetal.

A respeito dos valores gastos com a manutenção das praças, também destacou, assim como o subsecretário de mobilidade urbana, que a crise orçamentária pela qual a prefeitura vem passando, limitou em demasia os gastos do poder público. O superintendente relatou que quando o atual governo assumiu a prefeitura em 2017, o contrato com a empresa Vital ultrapassava os oito milhões. Com o decorrer do tempo esse valor foi sendo reduzido com a finalidade de cortar gastos excessivos, assim o contrato caiu para patamares de três milhões. Atualmente foi mencionado que o contrato com a empresa Vital se encontra na faixa de seis milhões, o que foi possível devido à uma sensível melhora da arrecadação municipal.

Logo abaixo apresentamos um gráfico que mostra a arrecadação de Royalties e Participações Especiais em Campos:

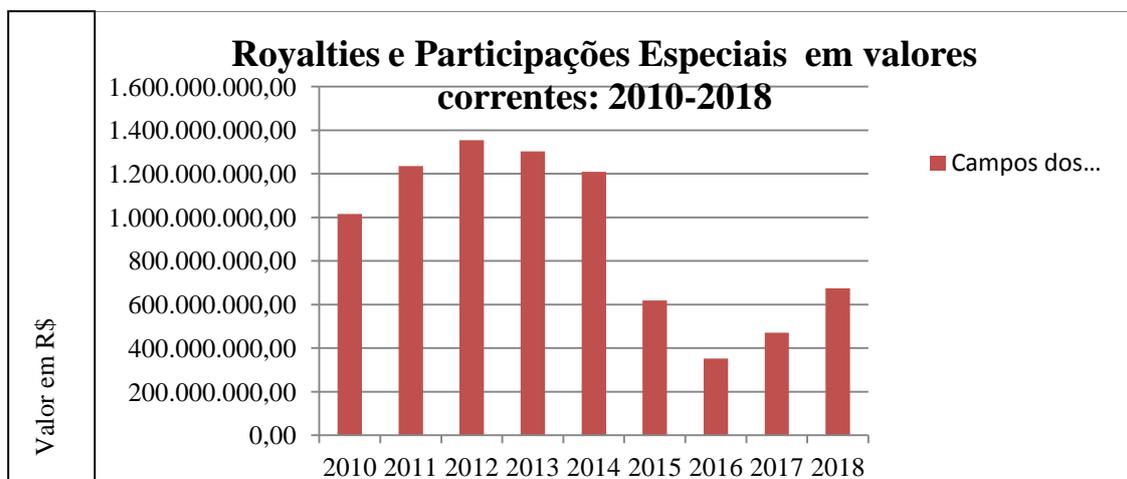


Gráfico 1 – Evolução dos Royalties e Participações Especiais: 2010-2018. Fonte: < <https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>> Acesso em 22 maio 2019.

A partir da leitura do gráfico 1 podemos inferir que a arrecadação que vinha aumentando desde 2010, mantendo-se em patamares de mais de 1 bilhão até 2014, sofre uma queda abrupta em 2015, chegando no ápice da redução em 2016. Os dados apresentados confirmam nesse sentido a fala dos agentes públicos quando esses mencionam a crise orçamentária do município devido à diminuição da arrecadação de royalties. Porém a partir de 2017 a arrecadação vem melhorando gradativamente, pois o barril de petróleo vem apresentando contínua valorização.

Nas nossas entrevistas foi relatado pelos agentes dessa gestão que a limpeza acontece de forma mais frequente nas praças mais centrais, que são mais frequentadas. Quem decide sobre a frequência de limpeza é a própria empresa Vital, que também tem autonomia para aplicar o dinheiro recebido. Essas questões nos impossibilitaram ter uma visão mais detalhada a respeito dos valores gastos em cada espaço individualmente.

Segundo Vasconcelos (2013) a degradação do espaço público nas cidades brasileiras se deve à ausência de políticas públicas para cuidar da paisagem urbana. Para o autor, essa degradação tende a ser mais acelerada em áreas habitadas por grupos de menor renda, e quanto pior a qualidade estética do espaço público, a qualidade de vida também tende a ser pior.

Considerações Finais

À guisa da pesquisa realizada e analisada ao longo desse trabalho consideramos que as áreas verdes no município de Campos apresentam-se de forma insuficiente no tecido urbano e tendem a se concentrar em determinadas áreas específicas, principalmente na área central, não atendendo assim a cidade de forma geral. Além disso, as áreas verdes identificadas nessa pesquisa e que foram objeto central da mesma, datam de períodos remotos, desde o final do século XIX até o início da década de 1960, quando a população da cidade e a mancha urbana possuíam proporções reduzidas se comparadas ao período atual. O que nos leva a concluir que o poder público atualmente não vem priorizando a criação de áreas verdes face às novas dinâmicas e transformações socioeconômicas.

A partir da análise dos investimentos públicos no período selecionado constatamos que o poder público construiu e reformou muitas praças, inclusive gastando vultuosas quantias, porém essas não puderam ser consideradas como áreas verdes, pois a partir do trabalho de campo, constatamos que o componente vegetativo se apresentava de forma insuficiente.

É de suma importância nesse sentido que os trabalhos acadêmicos continuem acompanhando os desdobramentos das políticas ambientais urbanas no município, a fim de desvendar e decodificar os diferentes interesses que perpassam

por essa temática. No contexto capitalista atual, onde a cidade está inserida na lógica “neoliberalizada” (SWYNGEDOUW, 2017), é preciso estarmos atentos para ações do estado e verificar de fato se elas priorizam políticas de inclusão e democratização dos espaços públicos, ou se atendem apenas a interesses econômicos que provocam mais segregação e desigualdades.

Referências

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (org.) **A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BARTALINI, V. Áreas verdes e espaços livres urbanos. **Paisagem e Ambiente**. Edusp: São Paulo, 1986.

CRUZ, J. L. V. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. **Vértices**, v. 9, n. 1/3, p. 43-50, 2007.

BUCCHERI FILHO, A.T.; NUCCI, J. C. Espaços Livres, Áreas Verdes e Cobertura Vegetal no Bairro Alto da XV, Curitiba - PR. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 18, p.48-59, 2006.

FALCÃO, D. A. **À espera de Morar Feliz: entre a remoção e o reassentamento do programa habitacional Morar Feliz, um território da espera**. 111f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

MENDES, J. T. N.; GOMES, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. M. Políticas públicas, moradia popular e o Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: Uma análise acerca da favela Margem da Linha. **Revista Libertas**, v.14, n.1, p.37-56, 2014.

GOMES, M. A. S. **Parques Urbanos de Ribeirão Preto-SP: Na produção do espaço, o espetáculo da natureza**. 317f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

GOMES, M. A. S. A produção e a valorização desigual do espaço urbano em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise das ações do estado e dos promotores/incorporadores imobiliários. **Geografares**, p.28-41, Janeiro-Julho, 2015.

GOMES, M. A. S. **Análise dos critérios técnicos “indicadores de sustentabilidade” em projetos de grandes parques urbanos (Rio de Janeiro/Brasil e Lisboa/Portugal)**. 105f. Relatório de Estágio de Pós-Doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009. 186p.

IBGE Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330100&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes>> Acesso: 05 abr 2019

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos usos e funções. **Ambiência: Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, [s.i], v. 1, n. 1, p.125-139, jun. 2005.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013. 205 p.

SWYNGEDOUW, E. Cidades, coesão social e o meio ambiente: justiça urbana ambiental ou ecologia POLITICA? In: CASTRO, J. E. et al. (Orgs) **Tensão entre justiça ambiental e justiça social na América Latina: o caso da gestão da água**. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Cidades Médias: espaços em transição**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. (orgs.) **A cidade contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-93.

ZACCHI, R. C. **O papel dos proprietários fundiários e do estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de loteamentos fechados: Campos dos Goytacazes/ RJ (1980-2011)**. 170f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.